



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

X Resolução n.º 27/2009:

Aprova a Estratégia para a Concessão de Áreas para as Operações Petrolíferas.

Resolução n.º 28/2009:

Aprova a Estratégia para Aplicação e Disseminação dos Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 27/2009

de 8 de Junho

Havendo necessidade de estabelecer a Estratégia para a Concessão de Áreas as Operações Petrolíferas, nas áreas localizadas nas bacias sedimentares do território nacional e de outras áreas territoriais ou internacionais, incluindo o seu mar territorial e a sua zona económica exclusiva e plataforma continental, usando da competência atribuída pela alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Único. É aprovada a Estratégia para a Concessão de Áreas para as Operações Petrolíferas, em anexo, que constitui parte integrante da presente Resolução.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 31 de Março de 2009.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Lúsa Dias Diogo*

Estratégia para Concessão de Áreas para as Operações Petrolíferas

Introdução

No prosseguimento das actividades acometidas ao sector e com vista a assegurar a boa e eficiente gestão das áreas e dos potenciais recursos existentes, foi elaborada a Estratégia que norteará o processo de concessão de direitos para pesquisa e produção de petróleo em território nacional e nas áreas territoriais ou internacionais, incluindo no mar territorial e a sua zona económica exclusiva e plataforma continental, relativamente aos quais, segundo o direito internacional, Moçambique tem direitos de soberania para finalidade de pesquisa, exploração e extracção dos seus recursos naturais.

Esta Estratégia visa garantir a continuação da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas bacias de Moçambique e Rovuma e promover o investimento na pesquisa e produção de hidrocarbonetos no território nacional, bem como definir as áreas prospectivas prioritárias para o exercício da actividade de forma transparente e de acordo com as boas práticas internacionalmente aceites na indústria.

No concernente às potencialidades das bacias sedimentares nacionais, estas oferecem áreas com forte potencial para a ocorrência de petróleo, existindo já descobertas de gás natural que datam dos anos 60, sendo as mais recentes as do ano de 2003 e 2008. Dos trabalhos efectuados nas principais bacias sedimentares, nomeadamente, de Moçambique e Rovuma, o país adquiriu cerca de 86 000 km de sísmica e fez 122 furos dos quais 66 são de pesquisa e 97 furos, dos quais 83 são de pesquisa, respectivamente. Não obstante, Moçambique é ainda considerado um país com bacias pouco estudadas, dada a baixa densidade de furos de pesquisa por unidade de área (km²).

Quanto à caracterização das bacias sedimentares, a bacia de Moçambique com uma área de cerca de 300 000 km², possui uma densidade de cerca de 1 furo por 8 000 km² em terra e de 1 furo por 17 000 km² no mar, enquanto que a de Rovuma com 60 000 km² possui uma densidade de 1 furo por 17 000 km² em terra, e nenhum furo no mar. Nas restantes bacias não houve actividades de pesquisa considerável.

Das descobertas feitas, estão confirmados cerca de 3.6 triliões de pés cúbicos (TCF) de reservas provadas de gás natural nos campos de gás de Pande, Temane e Inhassoro, sendo que as reservas potenciais ascendem a 5 triliões de pés cúbicos. Para efeitos de aproveitamento das reservas foram assinados contratos

de produção e implantadas infra-estruturas para o processamento e transporte de gás natural através de um gasoduto de 865 km, ligando o centro de processamento de gás situado em Temane ao mercado sul-africano (Secunda), bem como ao parque industrial de Maputo. No mesmo sentido, foram previstos ao longo do gasoduto cinco pontos para utilização de gás natural em território nacional.

Com vista à realização de operações petrolíferas, o país já realizou três concursos públicos internacionais para a concessão de áreas para pesquisa e produção de petróleo, sendo de destacar o sucesso conseguido no segundo em 2005 e o terceiro em 2007, onde foram oferecidas cinco e nove áreas de concessão, respectivamente. Para o alcance deste sucesso contribuiu o elevado potencial existente nas bacias sedimentares para a ocorrência de petróleo, a política e o quadro legal do sector traçados pelo Governo para o exercício da actividade petrolífera em Moçambique. Contribuiu igualmente a modalidade seguida, concurso público, na concessão de áreas de acordo com a Lei dos Petróleos (Lei n.º 3/2001, de 21 de Fevereiro).

No prosseguimento das actividades do sector, foram definidos planos de acções com vista a tornar o processo transparente, previsível e público derivando daqui benefícios para os operadores em particular e o país no geral. É neste sentido que foram definidas as acções estratégicas que constam deste documento.

Objectivos da Estratégia

Objectivo geral

No quadro da política definida pelo Governo, pretende-se garantir a continuação da pesquisa sistemática de petróleo nas bacias sedimentares do país, estimulando o sector privado nacional a investir nas actividades de pesquisa e produção de petróleo e promover o investimento estrangeiro na pesquisa e produção de petróleo no território nacional, assegurando deste modo a boa e eficiente gestão das áreas e potenciais recursos existentes.

Objectivo específico

Para o alcance dos objectivos que se pretendem, o sector identificou um conjunto de opções estratégicas a serem implementadas, nomeadamente:

- Definir, em função da prospectividade e volume de dados disponíveis, quais as áreas sujeitas a concurso público, negociação simultânea e negociação directa;
- Definir a periodicidade de concursos públicos a serem lançados e os respectivos procedimentos;
- Definir as áreas sujeitas à contratos de concessão de pesquisa e produção ou de reconhecimento;
- Implementar a divisão das áreas conforme o estabelecido na lei.

Acções Estratégicas

Acção Estratégica I – *Definição de áreas a serem colocadas a concurso, tendo em conta a prospectividade e potencial petrolífero, volume de dados e o risco*

- Com fundamento na lei, as áreas livres ou nunca concessionadas devem, em princípio, ser atribuídas mediante concurso público;
- Atribuição das áreas da zona I, II e III (conforme o anexo A) através de Contratos de Concessão de Pesquisa e Produção de Petróleo;
- Assegurar um programa de trabalho mínimo nas áreas de concessão consistente com o seu nível de prospectividade;

- Atribuir as áreas após avaliação prévia do seu potencial de modo a valorizá-las, maximizando assim os ganhos para o Estado.

Acção Estratégica II – *Definição de áreas a serem sujeitas à negociação simultânea e directa e de áreas de reserva, tendo em conta a prospectividade geológica, volume de dados e o risco em função dos resultados positivos ou negativos em áreas adjacentes.*

- Regra geral, a negociação simultânea ou negociação directa devem ter lugar em relação às áreas já declaradas disponíveis em resultado de: (a) um concurso anterior e que não tenha sido concessionado; (b) da rescisão, renúncia e abandono; e (c) da necessidade de junção de áreas adjacentes a uma concessão quando se justifique por razões de ordem técnica e económica;
- Poderão ser atribuídos direitos através de negociação simultânea ou directa mediante o lançamento de concurso público dirigido a um grupo de companhias petrolíferas pré-seleccionadas, em função da experiência, capacidade financeira e técnica para operar dentro de padrões internacionalmente aceites na indústria;
- Atribuir as áreas disponíveis na sequência das obrigações de abandono de áreas previstas nos Contratos de Concessão de Pesquisa e Produção.

Acção Estratégica III – *Divisão das áreas de concessão em blocos com a dimensão de trinta por trinta minutos (áreas relativamente mais pequenas do que as anteriores)*

- Em função das condições geológicas, prospectividade e informação existente, profundidade da água, infra-estruturas existentes e o nível de maturidade geológica da zona, as bacias sedimentares devem ser divididas em zonas;
- Divisão da bacia de Moçambique em quatro grandes zonas, nomeadamente zonas II; III; IV e V;
- A bacia do Rovuma constitui a zona I, que corresponde a sete ou mais áreas de concessão;
- Considerar as restantes bacias sedimentares, nomeadamente, baixo Zambeze, médio Zambeze e Maniamba, como uma única zona (conforme o Anexo A).

Acção Estratégica IV – *Abertura de concursos públicos internacionais para a concessão de direitos*

- Adoptar uma calendarização de concursos públicos em períodos regulares, com variações intercaladas até 3 anos. Os concursos devem ser activamente anunciados e promovidos, e manter-se abertos por um período mínimo de 3 meses e máximo de 6 meses;
- Preparar pacotes de dados relativos às áreas em concurso e disponibilizá-los às companhias do sector de modo a permitir a avaliação do potencial das áreas e preparação de propostas;
- Preferencialmente, atribuir contratos de reconhecimento para companhias especializadas de aquisição de sísmica especulativa ou de levantamentos geoquímicos e outros estudos específicos. A atribuição de contratos de reconhecimento poderá ser recomendada para as áreas sem dados ou com poucos dados, como por exemplo para as áreas IV e V, e a parte de águas profundas ao largo das áreas II; III e IV (conforme o Anexo A);

- Disseminar toda a informação sobre as áreas e o concurso público em eventos promocionais ou através de outros meios e canais tais como a página da Internet do Instituto Nacional de Petróleo e outros órgãos de informação de maior circulação;
- Anunciar e definir com a devida antecedência os respectivos critérios de avaliação e prazos, bem como a selecção de áreas de pesquisa a serem sujeitas à concurso público e auscultar as partes interessadas sobre a indicação de possíveis áreas a serem abertas a concurso.

Acção Estratégica V – Participação do sector empresarial nacional nas operações petrolíferas

- Fortalecer o papel da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, Empresa Pública, conferindo uma participação nos Contratos de Concessão atribuídos às companhias estrangeiras ou nacionais;
- Estimular as empresas nacionais a associarem-se com empresas estrangeiras de petróleo com competência técnica e financeira;
- Selecção de áreas para atribuir às entidades privadas nacionais através de negociação simultânea ou directa, sujeita a negociação de um contrato de concessão de pesquisa e produção;
- Dar prioridade a participação de entidades nacionais durante a fase de desenvolvimento e produção.

ANEXO A

ESTRATEGIA DE CONCESSÃO DE ÁREAS PARA OPERAÇÕES PETROLÍFERAS

